

CONSELHO FISCAL DE PREVIDÊNCIA

Publicado no Órgão Oficial
do Município de Betim
em 09,06,2018
Assinatura do Responsável
Mat. Helenice Quaresma Silva

8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DE PREVIDÊNCIA

22413-1
IPREMB

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de 2018, às 14 horas, na Sala de Reunião do Instituto de Previdência Social do Município de Betim - IPREMB, situado à Avenida Amazonas, 1354, 4º andar, Bairro Brasília - Betim, compareceram os membros do Conselho Fiscal de Previdência, nomeados conforme o Decreto Municipal nº 40.849, de 31 de julho de 2017, dentre os quais: 1) Manoel Lopes Gonçalves - titular representante dos servidores inativos e pensionistas e Presidente do CFP; 2) Cynthia Aparecida Espaladori de Brito - titular representante do Poder Executivo; 3) Janaina Paschoalin Dias Burni - titular representante do Poder Executivo; 4) Marina Terezinha Lara Ximenes - titular representante do Poder Legislativo; 5) Andreia Costa Pereira dos Santos - suplente representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SindUte) e 6) Alike Pogliane Barbosa Ribeiro - titular representante dos servidores inativos e pensionistas. Pelo IPREMB o senhor Renato Diniz Lanza - Presidente do Ipreamb; a senhora Camila Francisca Nolasco - Chefe de Divisão de Contabilidade; o senhor Rômulo Ernane Batista Silva - Chefe da Divisão de Investimentos e Presidente do Comitê de Investimentos - Cominv; a senhora Helenice Quaresma Silva - servidora da Unidade de Auditoria e Controle Interno e a senhora Darlene Rocha Nunes Rodrigues, que foi designada para secretariar o Ato. Determinou-se como pauta: 1) Relatórios Contábeis de março de 2018; 2) Carteira de Investimentos de fevereiro de 2018 e 3) Assinatura da ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, ocorrida em 27/março/2018. A conselheira Andreia Costa justifica a ausência da titular Andrea Deborah da Costa, representante dos Servidores ativos do quadro setorial da Educação. O Presidente do CFP Manoel abre a sessão e passa a palavra para os representantes do Ipreamb. A Chefe de Divisão de Contabilidade Camila apresenta o Balancete referente ao mês de março de 2018. A receita arrecadada no mês foi de aproximadamente R\$23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), sendo a mais expressiva a receita patrimonial que foi de aproximadamente R\$13.591.000,00 (treze milhões, quinhentos e noventa e um mil reais). Informa que os parcelamentos estão todos em dia. Quanto a despesa liquidada e despesa paga os valores foram de aproximadamente R\$10.948.000,00 (dez milhões, novecentos e quarenta e oito mil reais). Nestes valores estão incluídas as despesas com os pagamentos de benefícios e as despesas administrativas. O superávit registrado foi de aproximadamente R\$12.052.000,00 (doze milhões e cinquenta e dois mil reais). O Demonstrativo das Contas Banco mostra os valores da Conta Aplicação e Movimento,

referente aos investimentos, no valor de aproximadamente R\$1.136.000.000,00 (um bilhão, cento e trinta e seis milhões de reais), encerrado no mês de março/2018. A conselheira Marina pede para discriminar o fundo que está sob investigação da Polícia Federal – PF. A Chefe de Divisão de Contabilidade Camila informa que o fundo em questão se trata do Multimercado Sculptor e possui saldo de aproximadamente R\$36.853.000,00 (trinta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e três mil reais). O Presidente do Cominv Rômulo ressalta que dentro do Fundo Multimercado Sculptor estão os papéis investigados pela PF. A Chefe de Divisão de Contabilidade Camila pergunta se há dúvidas. Sem manifestações passa a palavra para o Presidente do Cominv Rômulo que apresenta o relatório da Carteira de Investimentos referente ao mês de fevereiro/2018. O patrimônio líquido contabilizado no mês foi de aproximadamente R\$1.122.817.000,00 (um bilhão, cento e vinte e dois milhões, oitocentos e dezessete mil reais) distribuídos 76,52% (setenta e seis vírgula cinquenta e dois por cento) em Renda Fixa e 23,48% (vinte e três vírgula quarenta e oito por cento) em Renda Variável. Comenta que a Resolução CMN nº 3922/2010 e suas alterações determinam investimentos mínimos de 70% (setenta por cento) em Renda Fixa e máximos de 30% (trinta por cento) em Renda Variável. O cenário econômico mostra taxa Selic em decadência. Aproximadamente 70% dos fundos que compõem a carteira de investimentos do Ipremb estão atrelados a taxa Selic. A meta atuarial é de IPCA+6% (seis por cento) contra taxa Selic de 6,5% (seis vírgula cinco por cento), dificultando o alcance da meta. Diante disto a tendência é trabalhar a carteira de investimentos do Ipremb de modo a reduzir o percentual de Renda Fixa para próximo de 70% (setenta por cento) e aumentar o percentual em Renda Variável para próximo de 30% (trinta por cento). Apresenta a tabela de alocações por modalidades de aplicações, discriminando também os limites de percentual de aplicação estabelecidos pela Resolução CMN nº. 4604/2017, os limites de percentual de aplicação estabelecidos pela Política de Investimentos 2018 e o percentual aplicado na Carteira do Ipremb em fevereiro de 2018, reforçando que este último enquadra-se no limite legal. Exemplifica que tanto a Resolução CMN nº. 4604/2017 quanto a Política de Investimentos 2018, permitem alocação na modalidade Poupança em até 15% (quinze por cento), porém não há valores aplicados em tal modalidade, por não ser interessante no atual cenário econômico, ou seja, por não colaborar com o alcance da meta atuarial. A rentabilidade acumulada entre os meses de janeiro/2018 e fevereiro/2018 atingiu percentual de 2,33% (dois vírgula trinta e três por cento) contra a meta atuarial de 1,59% (um vírgula cinquenta e nove por cento). Ressalta que o mês de janeiro foi muito positivo com muitas informações que apontaram para melhorias na economia e contribuiu, principalmente, com a rentabilidade positiva dos

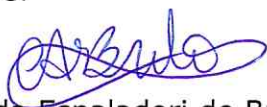
fundos de Renda Variável. Já o mês de fevereiro houve queda na proporção entre resultado e meta, mas ainda assim a rentabilidade final foi além da esperada. A conselheira Janaína questiona quem define a meta atuarial. O Presidente do Cominv Rômulo esclarece que a meta atuarial é definida através do cálculo atuarial e em 2018 apontou IPCA+6% (seis por cento), que representa a meta máxima estipulada pelo Ministério da Fazenda/Secretaria de Previdência Social. Pergunta se há outras dúvidas a respeito dos investimentos. Não há manifestações. A conselheira Andreia questiona o fato da nota de esclarecimento não ter sido publicada no jornal O Tempo Betim, conforme acordado entre os Conselhos Fiscal e Municipal de Previdência na reunião extraordinária conjunta ocorrida em 19 de abril de 2018. O Presidente do CFP Manoel esclarece que o Presidente do Ipremb Renato procurou a ele e também a Presidente do Conselho Municipal de Previdência Ellen Ises sugerindo uma conversa com o Poder Executivo antes da publicação da nota. Informa inclusive que a conversa está acontecendo concomitante a presente reunião. A conselheira Andreia pede para que se registre em ata que a decisão dos membros dos conselhos, presentes na citada reunião, de elaborar e publicar a nota de esclarecimento no Jornal O Tempo Betim não foi respeitada. O Presidente do Ipremb Renato justifica considerar prudente uma conversa previa com o Governo para entender as reais razões que fizeram com que a Comissão fosse instituída, bem como todas as medidas adotadas para apurar as questões que envolvem os investimentos do Instituto. A conselheira Andreia reforça que a decisão de elaborar a nota não partiu somente dos presidentes dos Conselhos e sim de todos os presentes na assembleia. Reforça ainda que não houve nenhuma satisfação pela não publicação da nota por parte dos Presidentes. A conselheira Marina completa que foi acordado que alguns membros, de ambos os conselhos, ficariam encarregados de produzir a nota, tendo autonomia para fazê-la, e aprovação prévia do conteúdo pelos membros que não participaram da elaboração. O Presidente do CFP Manoel ressalta que a nota foi elaborada e será publicada no Jornal O Tempo Betim, como nota paga, conforme consenso dos dois conselhos. A conselheira Janaína concorda que deve haver cautela quanto a publicação. A conselheira Alika comenta que o problema maior foi não justificar o fato aos membros dos conselhos, uma vez que a decisão da publicação partiu dos mesmos. Concluído o assunto, passa-se a palavra para o Senhor Raphael K. Cunha Silva, atuário da Consultoria Aliança Assessoria e responsável pela reavaliação atuarial 2018. O Senhor Raphael se apresenta. A conselheira Janaína pergunta se a Consultoria Aliança trabalha também com investimentos. O Senhor Raphael responde que o contrato com o Ipremb prevê a realização do Cálculo atuarial e consultoria no que tange a contabilidade. Em seguida faz uma explanação sobre o Cálculo atuarial 2018. Informa que o processo da

avaliação atuarial, consiste em realizar os cálculos atuariais, utilizando-se de dados e informações, incluindo a legislação do RPPS. Comenta que o Município de Betim é o único Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, do qual tem conhecimento, no Estado de Minas Gerais, que buscou as informações do tempo de contribuição anterior ao ingresso do servidor no município. Informa que a base de dados do Município de Betim está perto de ser completa e reforça a necessidade de mantê-la atualizada para um resultado mais preciso. Explica a diferença entre de déficit e dívida. Déficit refere-se a valores que mudam ano a ano, são estimados a longo prazo e tem como base a reserva matemática. Já dívida refere-se a valores que deixaram de ser repassados, pagos e são estimados a curto prazo. Quanto às reservas matemáticas, seu número expressa o valor total que o Instituto deve possuir para o pagamento de todas as aposentadorias e pensões de todos os servidores. A reserva matemática de benefícios concedidos, ou seja, o passivo atuarial, demonstra os valores a serem gastos com as aposentadorias e pensões até a estimativa de seu fim, calculada conforme a tabela do IBGE que mostra que a expectativa de vida gira em torno dos 83 (oitenta e três) anos. Estes valores representam, atualmente, um montante de aproximadamente R\$1.173.000.000,00 (hum bilhão, cento e setenta e três milhões de reais). A reserva matemática de benefícios a conceder, demonstra os valores a serem gastos com as futuras aposentadorias sendo calculada conforme os dados apresentados pelos servidores ativos. Estes valores representam, atualmente, um montante de aproximadamente R\$1.213.000.000,00 (hum bilhão, duzentos e treze milhões de reais). O déficit técnico atuarial é a diferença entre as reservas matemáticas e o ativo financeiro, que compreende o patrimônio líquido e os parcelamentos. O déficit técnico atuarial do município tem reduzido ao longo dos últimos anos e, atualmente, representa um montante de aproximadamente R\$944.000.000,00 (novecentos e quarenta e quatro milhões de reais). Acredita que um novo concurso e as possíveis dações em pagamento poderão reduzir ainda mais o déficit técnico atuarial. Mas, chama a atenção para o fato de que o concurso público nem sempre colaborará positivamente com o cálculo atuarial; uma nova massa de servidores em idade avançada demonstra o contrário, pois aumenta os possíveis pedidos de aposentadoria por idade com baixa proporção de tempo de contribuição. Lembra ainda que os dados apresentados têm como referência a data de 31 de dezembro de 2017. Reforça que os valores são passíveis de alteração conforme a realidade de cada exercício. Cita como exemplo um grande número de aposentadorias por invalidez, grande número de servidores falecidos gerando aumento dos pedidos de pensão, etc. Apresenta o plano de custeio e informa que a alíquota de contribuição do servidor, hoje, está firmada em 11% (onze por cento) e a alíquota patronal deve ser no mínimo igual a alíquota do

servidor e no máximo o seu dobro. O Município paga, hoje, 11% (onze por cento) mais 3,48% (três virgula quarenta e oito por cento) de alíquota suplementar. A conselheira Marina comenta que após a repactuação da dívida, a mesma está sendo paga pontualmente. Pergunta o que acontecerá se deixar de ser paga. O Senhor Raphael lembra que o primeiro termo de parcelamento, a confissão de dívida, instituído em 2006 era impagável, por isto a necessidade da repactuação que foi feita dentro dos parâmetros legais e estabelece em seu termo a retenção do valor da parcela não paga no Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Além disso, cabe ao Instituto notificar o Ministério da Fazenda/Secretária de Previdência Social através de ofício. O Presidente do CF Manoel pergunta qual o valor da dívida. O Presidente do Ipremb Renato responde que a dívida é de aproximadamente R\$340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de reais), sendo 7 (sete) termos de acordo com prazos de pagamento que variam entre 60 (sessenta) e 240 (duzentos e quarenta) meses. O Senhor Raphael conclui sua apresentação colocando-se a disposição para participar de reuniões e esclarecer novas dúvidas. Encerrando a reunião, o Presidente do CF Manoel convoca todos os conselheiros para a próxima Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de Previdência que será realizada no dia 29 de maio de 2018, às 14 horas, na Sala de Reuniões do Ipremb, conforme Calendário de Reuniões 2018, publicado no Órgão Oficial do município de Betim em 1º de fevereiro de 2018. Sem nada mais a acrescentar, segue com a presente Ata para registro e assinatura dos presentes.


Representantes do Conselho Fiscal:


Manoel Lopes Gonçalves – titular representante dos servidores inativos e pensionistas e Presidente do CF


Cynthia Aparecida Espaladori de Brito – titular representante do Poder Executivo


Janaina Paschoalin Dias Burni – titular representante do Poder Executivo


Marina Terezinha Lara Ximenes – titular representante do Poder Legislativo


Andreia Costa Pereira dos Santos – suplente representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE)

Alka
Alka Pogliane Barbosa Ribeiro – titular representante dos servidores inativos e pensionistas

Representantes do IPREMB

Renato
Renato Diniz Lanza – Presidente do Ipreamb

Camila
Camila Francisca Nolasco – Chefe da Divisão de Contabilidade

Rômulo Ernane Batista Silva – Chefe da Divisão de Investimentos e Presidente do Comitê de Investimentos

Helenice
Helenice Quaresma Silva – Servidora da Unidade de Auditoria e Controle Interno

Darlene
Darlene Rocha Nunes Rodrigues – Secretária para o ato.

